

# OS MOVIMENTOS E AS LUTAS DO PERÍODO DE 1964 A 2004 EM SÃO PAULO

**Maria da Glória Gohn**

**UNICAMP/UNICAMP/CNPq/Brasil**

## RESUMO

Abordar os movimentos sociais presentes na cidade de São Paulo implica reconstituir parte da história social e política do Brasil, porque São Paulo desempenha o papel de centro irradiador dos acontecimentos – muitos desses movimentos assumiram dimensão nacional. A pesquisa que apresentamos aborda os movimentos e lutas sociais na cidade de São Paulo entre 1950-2003. O texto busca fazer um mapeamento e uma periodização dos movimentos sociais. Iniciamos pela década de 50 do século passado porque foi um momento de grande expansão da cidade, tanto em termos da ampliação na ocupação de seu território e população, como na diversificação e aprofundamento de suas atividades econômicas e administrativas. De 1964 a 1975 tivemos movimentos de resistência ao regime militar, que prosseguiram até 1984, em outro contexto. De 1984 até o final do século XX os movimentos sociais paulistas tiveram momentos de grande efervecência, nos anos 80, assim como de crises e rearticulações nos anos 90.

No início deste milênio, os movimentos voltaram para o centro dos debates e problemas sociais sob a forma de busca de reconstrução da cidade deteriorada. Diferentes organizações, movimentos e entidades sociais lutam por condições de habitabilidade na cidade em áreas como: segurança pública, trânsito, poluição, moradia, saúde, educação, qualidade dos serviços públicos, áreas verdes, recuperação de áreas centrais, etc. Novos movimentos sociais foram criados nas zonas

periféricas, que também se tornaram heterogêneas. As antigas Sociedades Amigos de Bairros construíram novas identidades, tanto em bairros periféricos como nas favelas; ao mesmo tempo elas emergiram - como força organizada em bairros de camadas médias e classes de altas rendas. Organizações Não Governamentais (ONGs) que demandam e constróem ações pela cidadania (em lutas contra a pobreza, a exclusão e a discriminação), programas e políticas sociais de inclusão social, projetos de fundações e corporações empresariais completam o cenário onde o novo associativismo se desenvolve, articulado por diferentes redes sociais. Todos têm participado da reconfiguração do planejamento urbano da cidade e da luta pela democratização ao acesso e gestão dos serviços públicos.

As fontes de dados desta pesquisa advém de material dos próprios movimentos, livros e teses, notícias da mídia nacional, e dados do Censo de 2000 do IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O resultado desta pesquisa será publicado em livro, no Brasil, pela editora do SENAC e pela Editora Vozes, em 2004.

## **OS MOVIMENTOS E AS LUTAS DO PERÍODO DE 1964 A 2003 EM SÃO PAULO**

Abordar os movimentos sociais presentes na cidade de São Paulo, antes e durante o período do regime militar, implica reconstituir parte da história social e política do Brasil, porque São Paulo desempenhou nessa época papel de centro irradiador dos acontecimentos – muitos deles assumiam uma dimensão nacional. Esse foi um momento de grande expansão da cidade, tanto em termos da ampliação na ocupação de seu território e população como na diversificação e aprofundamento de suas atividades econômicas e administrativas.

Neste texto, adotamos, porém, para fins de exposição, antes do grande período histórico que define sua abrangência, de 1964 a 1984, um período inicial, que chamaremos de pré-1964. E, além disso, enfocaremos aquele período principal subdividido em quatro etapas. Faremos, de acordo com o procedimento metodológico adotado, uma breve caracterização dos períodos ou etapas e a listagem de alguns dos movimentos que surgiram e ganharam corpo em São Paulo. Junto com alguns livros selecionados, nossa fonte de dados são os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

### **O pré-1964 em São Paulo**

Os anos que transcorrem de 1945 a 1964 constituíram no Brasil um tempo fértil em formas de participação social e política. A redemocratização pós-1945 trouxe de volta a disputa político-partidária, os sindicatos multiplicaram-se e dividiram-se em oficiais e “paralelos”, os movimentos

sociais a partir da sociedade civil emergiram em diferentes partes da nação. Múltiplas questões davam ensejo a reivindicações, entre as quais destacamos as reformas de base, a adoção de políticas nacionalistas e a construção de equipamentos urbanos básicos para a sobrevivência dos grandes contingentes humanos que se deslocavam do campo para a cidade, ou vinham de outros estados e regiões. Era a busca do sonho de melhores condições de vida.

São Paulo foi o grande desaguadouro desses fluxos migratórios. Um sinal dessas mudanças sociais é que o movimento das sociedades amigos de bairros, surgido na cidade nos anos 1930, cresce e ganha importância no entorno do anel central e na emergente periferia da cidade. O povo irrompe na cena política brasileira pela primeira vez com algum poder de pressão. Logo se aprendeu a trocar o voto pela melhoria urbana. E, em meio a essas relações que se multiplicavam e diversificavam no seio da população, o rádio será o grande meio de comunicação entre dirigentes e cidadãos. A expansão e a massificação da televisão só ocorreria a partir do final dos anos 1960.

No período de 1945-1964 se deu também uma grande intervenção do Estado na economia. E, correspondendo a isso, no plano da economia privada, São Paulo e seu entorno irão abrigar grandes indústrias multinacionais. Isso desencadeará o início da ampliação de seu sistema de ensino superior: será preciso formar quadros para aquelas indústrias.

Culturalmente esse foi um tempo bem fértil em muitos outros aspectos também, destacando-se realizações no cinema (primeiro, a Vera Cruz; depois, o cinema novo), na música (a bossa nova) e no teatro (fundação do Teatro Brasileiro de Comédia – TBC – e do Arena), e também a criação dos Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Por outro lado, as greves de operários e de funcionários de vários setores do aparelho estatal, recém-expandido pelas necessidades da conjuntura político-econômica, marcaram o período como um dos mais ricos da história do país em mobilizações e propostas sociais.

Para pontuar esse intervalo temporal, queremos relacionar alguns dos movimentos populares que ocorreram em São Paulo a partir do IV Centenário da cidade, em 1954, até o ano de 1964. Aliás, relacionadas com esses acontecimentos por nós apontados, já antes, de 1951 a 1953, tiveram lugar aquelas que ficaram conhecidas como as “passeatas da panela vazia”. Cerca de 500 mil pessoas compareceram então a essas passeatas em São Paulo. Com participação em sua organização das comissões de salários dos sindicatos paulistas, tiveram um papel importante como mobilizadoras para a greve dos 300 mil trabalhadores que ocorreu em 1953.

Ainda nesse limiar do período inicial por nós delimitado, surgiu em 1953 o Movimento contra a Carestia da Vida, com base no trabalho das comissões reunidas sob esse mesmo nome, criadas no Rio de Janeiro e em São Paulo desde 1951, e que ajudaram a organizar as passeatas da panela vazia, em 1953. Vindo na esteira dessas manifestações, o Pacto da Unidade Inter-Sindical promoveu em São Paulo uma grande greve contra a carestia, em 1954.

Durante os anos que vão de 1954 até 1964 foram se formando cada vez mais associações de moradores na capital paulista. Essas entidades serviram de núcleos para o movimento de moradores, que cresceu vertiginosamente nos anos 1960, produto de três fatores: as necessidades relativas à infra-estrutura urbana para os novos bairros; a política vigente, o populismo, que se baseava numa barganha do voto por obras que trouxessem melhoria urbana; e a vontade das massas de participar das decisões relativas à vida política local. É preciso lembrar e reconhecer essas associações como escolas de formação política.

Entre 1957 e 1964 estiveram em cena também, e com destaque, os movimentos estudantis. Como resultado de inúmeras ações pelas escolas, tanto superiores quanto secundárias, os estudantes realizaram grandes manifestações nacionalistas nas ruas centrais da capital. Paralelamente a essas grandes mobilizações, a UNE, em São Paulo, foi palco de intensas disputas políticas internas entre as alas de esquerda e as alas ligadas à democracia cristã, estimuladoras da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Operária Católica (JOC).

Outro evento que merece ênfase em nossa lembrança é o protesto, promovido pelo Pacto da Unidade Inter-Sindical, contra o aumento das passagens de ônibus ocorrido em São Paulo em 1958. Na repressão decretada pelo Estado, a polícia acabou por abrir fogo contra a multidão, e, em consequência, cinco pessoas morreram.

Aqui devemos registrar também a Greve Geral contra a Carestia, ocorrida em 1959 e que atingiu vários setores da cidade de São Paulo.

Outras ações políticas importantes, nos anos de 1960 e 1961, foram os movimentos pela casa própria. O adensamento das populações do campo nas cidades levou à expansão urbana, com o crescimento das periferias, no seio do qual surgem os movimentos pela moradia. É claro que a reivindicação da casa própria era bem mais antiga, pois vinha desde os anos 1930. E, como resultado dessa luta, já nos anos 1940 foram criados alguns conjuntos residenciais por meio de planos de institutos de funcionários ou industriários. Mas, nesse início da década de 1960, o fator que desencadeou a mobilização foi o governo haver congelado os aluguéis por quase uma década, fazendo com que o produto “casa para aluguel” desaparecesse do mercado.

Digno de destaque também foi o Dia Nacional de Protesto contra a Carestia, realizado em 7 de agosto de 1963.

## **Segundo período: o pós-1964 em São Paulo**

Os movimentos e as lutas contra o golpe militar (1964-1969)

A despeito do grande controle social e político imposto pelo regime militar, ocorreram várias lutas de resistência e movimentos de protesto no país nesse período. E São Paulo foi um

palco central nesses embates, e cenário de tragédias, como prisões, torturas e crimes. O operariado urbano cresceu numericamente, sob o controle de novas leis (como a que instituiu o FGTS, por exemplo); e, com o aumento geral da população, assim como o prosseguimento das migrações, concentrando novos moradores nas grandes cidades, expandiram-se os loteamentos populares e clandestinos, o que forneceu as bases para os movimentos de reivindicação que eclodiriam nos anos 1970.

Nesse momento de nossa periodização, merece destaque entre 1964 e 1968 o movimento estudantil, cuja evidência social tornou conhecida a sigla ME. Logo após 1964 as mobilizações de estudantes, como outros movimentos e organizações da sociedade brasileira, sofreram um refluxo. Mas em 1966 o ME se recompôs, até chegar ao apogeu em 1968. À programada realização do Congresso da UNE em Ibiúna, cidade próxima de São Paulo, cujos participantes em sua maioria foram presos, seguiu-se a invasão da moradia dos estudantes na USP, o Crusp, e a repressão às grandes passeatas que ocorriam nas ruas centrais de São Paulo, particularmente a 7 de Abril, a 24 de Maio, a avenida São João e a praça da República.

Vale a pena chamar a atenção para o fato de que o centro da cidade era então o ponto de encontro dos manifestantes, ao contrário dos anos 1990, quando os protestos deslocaram-se para a avenida Paulista, que havia se tornado o coração econômico de São Paulo, com grande concentração de companhias e bancos.

Mas, em seguida àqueles atos repressivos, a reação do governo se deu com a Reforma Universitária de 1968, a emissão do Decreto nº 477, proibindo as manifestações estudantis, e do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968.

#### A resistência à repressão (1969-1974)

Durante a fase do chamado “milagre econômico”, que se deu entre os anos de 1968 e 1973, as massas populares em geral sofreram violento arrocho salarial. Mas as reivindicações dos moradores da periferia acabaram por eclodir nos anos 1970, com o movimento contra os loteamentos clandestinos. Essa fase corresponde ao período de maior repressão da ditadura militar. E São Paulo foi palco da resistência que construiu caminhos paralelos para minar o regime então vigente.

Queremos destacar, a partir de 1971, entre essas experiências de reivindicação popular, que enfrentaram enormes dificuldades, o movimento das Comissões Pastorais de Periferia Urbana, organizadas pela Igreja Católica em São Paulo. Essas pastorais constituem o início da organização e mobilização popular que atravessou a década de 1970 e parte da de 1980.

É importante, da mesma forma, chamar a atenção, em 1972, para o Movimento do Custo de Vida. Esse movimento também surgiu ligado às ações da Igreja, em sua ala ligada à Teologia da

Libertação. As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) foram o espaço em que se deu sua estruturação inicial. E a zona sul paulistana, particularmente o bairro de M'Boi-Mirim, próximo ao Jardim Ângela, em sua região periférica, foi um grande centro de articulação do Movimento contra o Custo de Vida.

Em 1973 os militantes desse movimento enviaram carta ao presidente da República, general Emílio Médici, protestando contra as péssimas condições de vida em que se encontrava a população. Dentro dessa mesma preocupação, em 1975 foi feita uma enquete na periferia de São Paulo, na qual foram distribuídos 2 mil questionários contendo três questões, para saber como as famílias das camadas populares sobreviviam.

Um desdobramento posterior a essa etapa por nós considerada foi que, três anos depois, sem ter resposta às suas demandas, o movimento resolveu fazer um abaixo-assinado, em âmbito nacional, pedindo ao governo federal o congelamento de gêneros alimentícios. Com mais de 1 milhão de assinaturas, o abaixo-assinado foi encaminhado a Brasília. Mas o governo, que então já era encabeçado pelo general Ernesto Geisel, recusou-se a receber a comissão e montou um grande aparato policial para cerceá-la.

Importante também foi, em 1972, o Movimento contra os Loteamentos Clandestinos (MLC). Essa mobilização partia da insatisfação gerada pelo fato de os loteamentos populares em São Paulo serem feitos apenas segundo os interesses dos loteadores, sem nenhuma legislação que os regulamentasse, quer quanto a seus aspectos urbanísticos (prevendo a existência de infra-estrutura urbana mínima), quer quanto a seus aspectos legais (estabelecendo que a estrutura fundiária da terra teria de ser legalizada).

Como não havia uma política efetiva para a casa popular (sabemos que o BNH e outros órgãos financeiros atendiam apenas às faixas médias da população), a população de baixa renda só podia comprar seus terrenos, e assim construir suas habitações, se as prestações a que tinham de se submeter pudessem ser quitadas em prazos superiores a cinco anos. Esse era o espaço ocupado por loteadores clandestinos – num processo que chega até os dias de hoje –, deixando muitas vezes os moradores que recorriam a esse esquema sem um mínimo de infra-estrutura urbana e julgando possuir uma área que, na verdade, não era legalizada. E assim boa parte das áreas periféricas da cidade foi parcelada e vendida.

Foi por meio do MLC, composto por habitantes da periferia aglutinados em torno das CEB e de algumas pastorais da Igreja, e contando com o assessoramento jurídico dos centros acadêmicos das faculdades de Direito da USP e da PUC-SP, que se deflagrou contra essa situação um movimento social cujo alcance tornou-se nacional.

As lutas pela redemocratização (1975-1982)

O período de 1975 a 1982 é um dos mais ricos da história do Brasil no que diz respeito a lutas, movimentos e, sobretudo, projetos para o país construídos pela união de forças sociopolíticas emergentes. Ele corresponde a uma fase de resistência e enfrentamento ao regime militar, que já perdera sua capacidade de legitimação perante a sociedade devido ao quadro econômico que se esboçava desde 1973 com a chamada crise do petróleo, com a retomada vagarosa da inflação e com o desmonte das facilidades de consumo destinadas às classes médias durante a fase do chamado “milagre econômico”. O resultado das eleições de 1974 significou um vigoroso “não” da população ao regime político vigente.

Em seguida a essas eleições, em que os candidatos de oposição obtiveram vitórias significativas sobre os representantes do governo militar, ganhou destaque o movimento feminista, que se difundiu através do país a partir de 1975. Dessa época em diante o Brasil absorveu uma verdadeira onda de movimentos pela organização das mulheres que tivera início já nos anos 1960 na Europa e nos Estados Unidos. Em São Paulo, grupos de mulheres passaram a se reunir em sindicatos, como o dos Bancários; fundaram-se jornais e associações; líderes feministas que haviam atuado no exterior, ao retornar, passaram a coordenar uma luta que encontrou bastante eco na sociedade.

Em 1976 é dada a partida do Movimento pela Anistia, que foi, ao lado dos movimentos grevistas do ABC paulista de 1978, a principal luta social da década. Isto se comprova pelo peso que tanto a luta pela anistia quanto as mobilizações operárias assumiram, na correlação das forças políticas vigentes, na direção das mudanças que vieram a ocorrer no final da década. São Paulo foi um dos principais palcos desta luta.

O ME ressurgiu no bojo das lutas pela redemocratização no país, desempenhando papel importante com suas greves, manifestações e passeatas, que vinham ocorrendo desde algum tempo antes. Mas é o ano de 1977 que se torna um marco do ME e da luta democrática no Brasil. Tentou-se em setembro realizar um Encontro Nacional para a recriação da UNE no *campus* da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Foi então que o local, no bairro de Perdizes, foi palco de uma operação de guerra em que os atos de violência praticados pela polícia tiveram como consequência, além da repressão política e da destruição de instalações da universidade, duas estudantes feridas gravemente por bombas lançadas contra seus corpos.

Essas ações contribuíram para aumentar a indignação geral que tomava conta da sociedade brasileira diante de um governo que já não tinha legitimidade e agora se revelava sem base de apoio, com a inflação econômica ascendendo e o “milagre econômico” esgotado havia alguns anos.

E em 1978 é a questão racial que, com as lutas e a organização social a que dá lugar, contribui para o avanço democrático do país. Cria-se nesse ano, em São Paulo, o Movimento Negro Unificado.

No ano seguinte o movimento que se soma à luta pela redemocratização e a melhoria das condições de vida é o dos professores e outros profissionais da área da educação, da saúde e outros serviços sociais públicos. O crescimento do papel do Estado na economia, durante os anos do “milagre”, que gerou o império da tecnocracia, teve como uma de suas conseqüências o crescimento do número dos funcionários públicos.

As alterações na legislação da então escola pública de 1º e 2º graus, em 1971, fizeram surgir uma escola massificada. No ensino superior, também ampliado e massificado, tiveram origem as associações de docentes, de funcionários, etc. O novo sindicalismo operário influenciou os movimentos dos docentes e dos profissionais da área da saúde. Esta área vê nascer um grande movimento popular de base, no âmbito dos bairros, principalmente em torno dos postos de saúde. Neste item destaca-se em São Paulo o Movimento Popular de Saúde da Zona Leste, que originou os Conselhos Populares de Saúde, que sobrevivem até a atualidade.

É importante ressaltar em 1979 o Movimento dos Transportes Coletivos, que teve como um de seus principais efeitos, em São Paulo, a paralisação da cidade. Este fato foi histórico e inédito, pois não se conhecia o poder do bloqueio de sua estrutura de circulação.

A expansão das periferias urbanas, ao longo das décadas de 1960 e 1970, dissociou completamente a relação casa-emprego, moradia-trabalho. Com isso, os transportes adquiriram uma centralidade nunca antes conhecida. E assim ficaram claras distorções como a do Metrô, cuja única linha existente em São Paulo naquela ocasião, a norte-sul, havia sido construída para atender em primeiro lugar a certos interesses econômicos, e não às reais necessidades de locomoção da população, segundo seus fluxos de demanda prioritária.

Diante desse panorama, as greves dos ônibus, paralisando toda a circulação da cidade, puseram a nu a fragilidade e os pontos de estrangulamento, com toda a sua carga de sacrifícios para a população, da estrutura de transportes da cidade e região.

Em 1979 se deu também o lançamento do Movimento de Luta por Creches em São Paulo, em cuja origem destacam-se a organização das mulheres nas CEB, a influência do movimento feminista e do movimento pela anistia. A luta por creches levou a prefeitura paulistana a expandir a rede de creches públicas, então com quatro unidades apenas, lançando um plano para a criação de quinhentas unidades. Mas, logo no início dos anos 1980, deixaram-se de priorizar as creches sob administração direta, devido a seus altos custos, e retomou-se a política de convênios com entidades, como as filantrópicas e religiosas. Disso resultou um outro movimento social, o das creches conveniadas.

Outro protagonista das lutas sociais em 1979 foi o Movimento das Favelas. Fruto da conscientização e do ativismo político, esse movimento deu resposta ao fato de que São Paulo passou a ter, a partir dos anos 1970, um grande aumento do número de favelas ou do número de

moradores dentro de uma mesma favela, gerado pelo empobrecimento da população e pelo decréscimo de alternativas para a obtenção da casa própria. Inicialmente se reivindicou água para as favelas; logo a seguir, luz e melhorias generalizadas; depois, projetos de reurbanização; e, finalmente, a posse da terra. Na esteira desse movimento, inúmeros projetos de reurbanização de favelas foram elaborados e implementados, e se criaram novas leis e regulamentações, originando tarifas diferenciadas e a Lei de Direito Real de Uso.

#### A época da negociação e a era dos direitos (1982-1984)

A quarta e última fase em que repartimos este mapeamento abrange o período mais curto, que é, porém, o mais repleto de movimentos e de lutas. Como sabemos, em 1982 o país retomou a escolha dos governadores por eleições diretas, mas a inflação começou a galopar em seus índices, e a mobilização social tomou características de agitação de massas, com greves, saques a supermercados, linchamentos populares, etc.

Destacam-se também nesse período a fundação das centrais sindicais (Conclat, CGT, CUT), a criação de entidades organizadoras amplas do movimento popular (Anampos, Conam), o surgimento de movimentos sociais abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como as das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creches, etc.

Os anos 1980 são fundamentais para a compreensão de como se dá – e das possibilidades que aí se oferecem – a construção da cidadania dos pobres no Brasil, dentro de novos parâmetros, agora como sujeitos dotados de direitos.

Já em 1981 tivemos o movimento de invasões de terras na Fazenda Itupu, no estado de São Paulo. Essa experiência constituiu o marco inicial da luta popular mais abrangente de toda a década de 1980, não só nesse estado, mas em todo o Brasil, qual seja, a luta pela moradia.

Digno de nota depois foi, em 1983, o movimento de desempregados em São Paulo, que ficou marcado por atos como a derrubada das grades do Palácio dos Bandeirantes. Decorreu daí também a prática de ocupações de órgãos públicos como forma de pressionar pelo atendimento de suas reivindicações: criação de empregos e frentes de trabalho. O movimento utilizou-se ainda de um tipo de procedimentos inaugurado pelo movimento popular, os acampamentos. E o local escolhido para os desempregados acamparem foi o parque do Ibirapuera, em São Paulo, próximo da Assembléia Legislativa.

Outro tipo de evento que se repetiu como forma de manifestação política e que marcou o ano de 1983 foram os quebra-quebras de trens em São Paulo. Os quebra-quebras do início dos anos 1980 ocorreram devido ao acirramento da crise econômica, ao desemprego e ao aumento desproporcional no valor das passagens de ônibus naqueles anos, levando ao aumento do número de usuários de trens, cujas passagens são, em geral, mais baratas.

A realidade, entretanto, da defasagem tecnológica, do estado precário dos trens, dos atrasos e quebras freqüentes de locomotivas e vagões levou a população usuária a atos de rebeldia e de revolta espontânea, a movimentos de massa, não controláveis por qualquer organização.

Também em 1983 tivemos uma onda de saques a supermercados e lojas, que pode ser interpretada como manifestação de caráter político. De fato, a crise econômica do início dos anos 1980 tornou propícios, na época, os atos de protesto e os motins populares. A leva de saques foi acompanhada de outras dotadas de igual violência, como linchamentos de criminosos pela população, em bairros da periferia da cidade.

Outro evento importante de 1983 foi a criação do Movimento de Luta pela Moradia das associações comunitárias da zona sul de São Paulo. Essa iniciativa resultou das ações ocorridas na invasão da Fazenda Itupu, fato importante por ter sido o núcleo organizador de toda a luta por moradia naquela região, abrangendo com seu raio de atuação, posteriormente, toda a Grande São Paulo.

Mas logo no início de 1984 foi dada a largada para a Campanha das Diretas-Já, que talvez no futuro a história venha a registrar como o maior movimento ocorrido no Brasil no século XX. Milhares de pessoas mobilizaram-se e compareceram às passeatas e aos comícios organizados por comissões suprapartidárias, objetivando restabelecer a democracia no país, começando pela adoção novamente, depois de 21 anos de ditadura militar, de eleições diretas para a Presidência da República. O movimento começou tímido em São Paulo, com um ato na praça da Sé, mas rapidamente alcançou dimensões monstruosas, levando-se em conta de número de pessoas que compareciam às manifestações.

Merecedora de destaque em 1984 foi também a criação do Movimento dos Mutuários do Banco Nacional de Habitação. Tratou-se de um instrumento de defesa de cidadãos de classe média ou média baixa diante de uma situação desesperadora gerada por um processo que começou pela grande expansão verticalizada de São Paulo ocorrida no período anterior, com obras financiadas pelo BNH a prazos longos.

Os contratos desses planos haviam sido assinados nos anos 1970 ou no início de 1980, quando as prestações eram compatíveis com os salários. Mas a crise dos anos 1980 começou a levar a inflação a patamares cada vez mais altos, e os reajustes seguiam os índices oficiais, enquanto os salários estavam contidos, defasados ou até mesmo inexistiam, no caso dos desempregados. Milhares de pessoas viram-se rapidamente sem condições de continuar a pagar parcelas que ficavam proporcionalmente cada vez mais altas, e corriam o risco de perder grandes somas que já haviam investido nessas mesmas obras.

Tivemos nesse último exemplo de movimento criado no final do período estudado, e que se desdobra, pelo menos, até a extinção do BNH, em 1987, a ilustração de uma característica dos anos

posteriores, atingindo a atualidade: o embate democrático, a negociação, a luta pela conquista ou manutenção de direitos. Dentro disso, assim como em toda a trajetória narrada desses anos, a centralidade exercida por São Paulo – para o bem ou para o mal – na economia, na sociedade, na política e na cultura brasileira permite reconstituir uma parte fundamental da história social e política do Brasil.

Diretas Já-

## **2-O protagonismo da sociedade civil: novas formas de associativismo e o retorno da visibilidade dos movimentos sociais populares urbanos em São Paulo**

Creio que é interessante voltarmos um pouco na História e dividirmos a questão do protagonismo da sociedade civil em São Paulo, especialmente de seus movimentos populares, a partir dos anos 90, em três momentos: de 1990-95; de 95 a 2000; e do início deste novo século até os dias atuais. Vários analistas diagnosticaram que houve crise nos movimentos sociais populares urbanos, nos primeiros cinco anos dos anos 90, no sentido que houve uma perda de sua visibilidade política no urbano, com isso eles tiveram reduzido, naqueles anos, parte do poder de pressão direta que haviam conquistado nos anos 80. Isso se deu em função de vários fatos novos, que explicam as alterações que ocorreram em suas dinâmicas cotidianas. É bom lembrar que o país saía de uma etapa de conquista de novos direitos constitucionais, a maioria dos quais precisava ser regulamentada. A volta das eleições diretas em todos os níveis governamentais, também alterou a dinâmica das lutas sociais porque tratava-se agora de democratizar os espaços públicos estatais. A necessidade de atuação no plano institucional e governamental, aumentou, não apenas nos locais que passaram a ser administrados por governos populares, mas, aumentou fundamentalmente, no plano federal, *locus* de debate e encaminhamento das conquistas obtidas na Carta de 88, para que viessem a ser implantadas. E todos nós sabemos que o governo federal, naquele mesmo período, passou a implementar ou a aprofundar, em todos os níveis, as políticas neoliberais. Para complicar mais ainda o cenário, essas políticas geraram desemprego, aumento da pobreza e da violência, urbana e rural.

Houve até quem preconizasse, naqueles anos, que a fase das mobilizações nas ruas dos movimentos estavam ultrapassadas, correspondiam a uma etapa já superada pois o regime militar havia caído e se tratava agora de atuar apenas no plano institucional. A educação popular e o trabalho de base junto a grupos populares também passou a receber críticas, seria algo também já superado, justificável apenas na década anterior, naquele momento a página teria que ser virada (interpretação essa que eu nunca concordei, embora concordasse com mudanças que atualizassem o trabalho de base em função da nova conjuntura do país e do mundo).Consequentemente, a visibilidade externa dos movimentos populares urbanos, na mídia e na sociedade como um todo, refluíu naquele período. Ao mesmo tempo um outro sujeito sociopolítico advindo dos movimentos

sociais populares do campo ganhava força: os sem-terra, especialmente o MST. Portanto, quando se falava de "crise dos movimentos sociais urbanos", nos primeiros anos da década de 90, não significava o desaparecimento deles, e nem o seu enfraquecimento enquanto atores sociopolíticos relevantes mas sim uma rearticulação, interna e externa, de seu papel na sociedade. As mudanças na conjuntura política levaram também a emergência, ou ao fortalecimento, de outros atores sociais relevantes na sociedade civil, tais como as ONGs e outras entidades do Terceiro Setor. Os movimentos populares passaram a ter outros aliados, e/ou competidores, na disputa entre os grupos organizados para demandar as necessidades sociais ao poder público, ou organizar trabalhos coletivos para resolver estas demandas entre os próprios necessitados. Para finalizar as observações sobre o cenário dos movimentos populares, nos primeiros anos da década de 90, não podemos deixar de registrar que houve tensões entre as lideranças na condução dos movimentos urbanos, principalmente em relação a questões como: institucionalização, participação ou não em conselhos propostos ou criados pelo poder público, participação em programas governamentais, etc. O fato de várias lideranças ascenderem a cargos no poder público, ou ao parlamento, também teve alguma influência na nova dinâmica dos movimentos. Este novo cenário gerou a necessidade de articulações e a maioria dos movimentos, rurais ou urbanos, passaram a atuar em redes e a construir agendas anuais de congressos e manifestações públicas, como o Grito dos Excluídos, por exemplo.

Em suma, no interior dos movimentos expressava-se uma crise maior, que não era deles mas refletia-se no seu cotidiano, que o país atravessava: o desmonte de políticas sociais pelas políticas neoliberais e sua substituição por outras políticas, em parceria com ONGs e outras entidades do Terceiro Setor; a fragmentação da sociedade pela desorganização ou flexibilização do mercado de trabalho levando ao crescimento do setor informal; a defasagem na qualificação do mercado de trabalho face a era da tecnologia, comunicações e informação, levando a novas exigências no campo da educação, formal e não formal, face ao mundo globalizado etc. Portanto, a crise expressava os novos arranjos na busca de renovação, de adaptação à nova conjuntura e às mudanças no mundo do trabalho, de reposicionamento frente às novas políticas públicas.

Na segunda metade dos anos 90, novos ingredientes foram acrescentados, alterando ainda mais a dinâmica dos movimentos sociais em geral, e dos populares em particular. Começo citando as crises econômicas internas, em movimentos populares e ONGs cidadãs, que os levaram a repensar seu planos, planejamentos de ação, estratégias e forma de atuar, elaboração de planejamentos estratégicos etc. Algumas entidades de apoio aos movimentos até fecharam suas portas, outras fizeram enxugamentos em termos de regiões de atuação, se fundiram com outras, ou ainda deslocaram suas áreas de atuação para setores específicos, dentro do leque dos programas sociais institucionalizados, governamentais ou de apoio advindo da cooperação internacional. Novas pautas foram introduzidas tais como a de se trabalhar com os excluídos sobre questões de

gênero, etnia, idades etc. As dificuldades de apoios para manter estruturas mínimas, ou a necessidade de re-orientar suas ações em função de novas diretrizes e regras da cooperação internacional, não deixavam sobra de tempo para as lideranças se articularem com a população. Os novos tempos, de desemprego e aumento da violência urbana, assim como o crescimento de redes de poder paralelos nas regiões pobres, ligados ao narcotráfico de drogas e outros, também colaboraram, e muito, para desmotivar a população necessitada para participar de reuniões ou outras atividades dos movimentos.

Registre-se ainda que, a nova política de distribuição e gestão dos fundos públicos, em parceria com a sociedade organizada, focalizados não em áreas sociais (como moradia, saúde, educação etc.), mas em projetos pontualizados, como crianças, jovens, mulheres etc., contribuiu para desorganizar as antigas formas dos movimentos fazerem suas demandas e reivindicações. A palavra de ordem destes projetos e programas passaram a ser: ser propositivo e não apenas reivindicativo, ser ativo e não apenas um passivo reivindicante. Muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática onde mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais.

Um panorama breve dos movimentos sociais urbanos em São Paulo no início deste milênio, pode ser descrito em torno de quatorze eixos temáticos de lutas e demandas, a saber: 1<sup>a</sup> - movimentos por condições de habitabilidade na cidade, nucleados pela questão da moradia, expressa em várias frentes de luta que serão tratadas no item 3 deste texto; 2<sup>a</sup> - ações de grupos de camadas médias contra a violência urbana e demanda pela paz (no trânsito, nas ruas, escolas, ações contra as pessoas e seu patrimônio); 3<sup>a</sup> - mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão política-administrativa da cidade (Orçamento Participativo e Conselhos Gestores); 4<sup>a</sup> - mobilizações e movimentos de recuperação as mudanças em estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área da saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais); 5<sup>a</sup> - mobilizações e movimentos sindicais contra o desemprego; 6<sup>a</sup> - movimentos de solidariedade e apoio à programas com meninos e meninas nas ruas, adolescentes que usam drogas, portadores de HIV, portadores de necessidades especiais; 7<sup>a</sup> - mobilizações e movimentos dos sem-terra, na área rural e suas redes de articulações com as cidades via participação de desempregados e moradores de ruas, nos acampamentos do MST-Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, além da sede administrativa destes movimentos localizarem-se na cidade; 8<sup>a</sup> - movimentos étnico-raciais (índios e negros). No caso de São Paulo, grupos indígenas habitam a região de Parelheiros, ou na favela Real Parque e no Cingapura ao seu lado, vivendo em condição de pobreza ou exclusão, e poucos conhecem esta realidade; 9<sup>a</sup> - movimentos envolvendo questões de gênero (mulheres e homossexuais); e 10<sup>a</sup> - movimentos contra as políticas neoliberais, as reformas estatais que retiram direitos dos trabalhadores do setor privado e público; 11<sup>a</sup> - movimentos de demandas na área dos direitos: humanos, culturais etc.; 12<sup>a</sup> - movimentos pela educação ( no setor popular: creches e vagas nas escolas; no setor universitário: contratação de professores, mais verbas para educação e reajustes das mensalidades nas faculdades particulares); 13<sup>a</sup>- movimentos decorrentes de questões religiosas de diferentes crenças, seitas e tradições religiosas; 14<sup>a</sup>- movimentos culturais de jovens; e 14<sup>a</sup> mobilizações e protestos contra a guerra, pela paz, e contra os efeitos da globalização (contra ALCA, por exemplo etc. presentes também nos Fóruns Social Mundial-FSM); 15<sup>a</sup> movimento das cooperativas populares; 16<sup>a</sup> a versão urbana do Movimento Nacional de Atingidos pelas Barragens, no caso paulista, é o movimento dos que são atingidos pelos projetos de modernização ou expansão de serviços e transportes na capital. A resistência aos corredores de ônibus é um exemplo.

### **Referências Bibliográficas**

Arquidiocese de São Paulo. *Brasil Nunca Mais*, Petrópolis, Vozes, 1985

DOIMO, Ana. *A vez e a voz do popular*. São Paulo, Relume-Dumará, 1995.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais no Início do século XXI*, Petrópolis, Vozes, 2003; *História dos Movimentos e Lutas Sociais- A construção da cidadania dos brasileiros*, S. Paulo, Loyola, 1995.; *Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia*. São Paulo, Ed. Loyola, 1991; *A Força da Periferia*. Petrópolis, Vozes, 1985; *Reivindicações populares urbanas*, Ed. Cortez, 1982.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*, Rio, Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*, S. Paulo, Loyola, 1993.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*, Rio, Record, 2000.